RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
E
CONTAS REFERENTES AO ANO 2006

Proposta apresentada pelo Conselho Directivo Nacional
Lisboa, 14 de Fevereiro de 2007

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 17 DE MARÇO DE 2007

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA **4**

I - ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO **5**

1. EXERCÍCIO PROFISSIONAL 5
   - *1.1 promover a qualidade dos cuidados de enfermagem e os sistemas de informação* *5*
     - 1.1.1 Projecto "Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem e Sistemas de Informação" 5
     - 1.1.2 Grupos de Trabalho criados no âmbito das Boas Práticas 5
     - 1.1.3 Outros Grupos de Trabalho 6
     - 1.1.4 Participação em projectos internacionais 7
   - *1.2 Promover o desenvolvimento profissional / certificação de competências* *8*
     - 1.2.1 Desenvolvimento profissional 8
     - 1.2.1.1 Certificação de competências 8
     - 1.2.1.2 Individualização das especialidades 9
     - 1.2.1.3 Formação em enfermagem 10
     - 1.2.2 Acompanhamento do exercício profissional 10
     - 1.3 Desenvolver a reflexão ética 11
2. MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO 11
   - *2.1 II Congresso da OE* *11*
   - *2.2 Dia Internacional do Enfermeiro* *12*
   - *2.3 Desenvolvimento do mandato social para com os cidadãos* *12*
   - *2.4 Desenvolvimento do mandato social para com os enfermeiros* *13*
   - *2.5 Desenvolvimento do mandato social para com o poder político* *13*
     - 2.5.1 Presidência da República 13
     - 2.5.2 Assembleia da República 13
     - 2.5.3 Governo 14
     - 2.5.4 Participação em comissões / organismos previstos na lei ou por solicitação 16
     - 2.5.5 Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ ou outras entidades 16
3. GESTÃO DE RECURSOS 17
4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS 17
   - *4.1 Organização e funcionamento* *17*
   - *4.2 Actividades desenvolvidas* *17*
     - 4.2.1 ICN – Conselho Internacional de Enfermeiros 18
     - 4.2.2 EFN – Federação Europeia das Associações de Enfermeiros 19
     - 4.2.3 FEPI – Federação Europeia dos Reguladores de Enfermagem 19
     - 4.2.4 EFNNMA – European Forum of National Nursing and Midwifery associations - Fórum Europeu de Associações Nacionais de Enfermagem e enfermagem Obstétrica 19
     - 4.2.5 WENR- Workgroup of European Nurse Researchers - Grupo de Enfermeiros Investigadores da Europa 19
     - 4.2.6 CNO's Network - Rede de trabalho de Assessores Ministeriais de Enfermgem 20
     - 4.2. 7 Organização Mundial de Saúde 20
     - 4.2. 8 Actividades no espaço Lusófono 20
     - 4.2. 9 Outras Actividades 21
     - 4.3 Divulgação de informação internacional 22
5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM 22
   - *5.1 Actividades desenvolvidas* *22*

II – ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS 25
1. GESTÃO DE MEMBROS 25
2. INSCRIÇÕES 25
3. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS 26
4. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS 26
5. EMISSÃO DE PARECERES 26
5.1 sobre matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem 26
5.2 Sobre o exercício profissional e a deontologia 26
6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR 27
7. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE 27
8. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 28

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 29
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA 29
Proveitos 29
Custos 30
Análise da Situação Financeira e Patrimonial 31

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2006

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2006

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERNTE AO ANO DE 2006

SIGLAS

AG – **ASSEMBLEIA GERAL**
AAM – **AUXILIARES DE ACÇÃO MÉDICA**
ACENDIO – **Associação para Diagnósticos, Intervenções e Resultados de Enfermagem Europeus Comuns**
APE – **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENFERMEIROS**
BM – **BIBLIOTECA MÓVEL**
CD – **CONSELHO DIRECTIVO**
CDeont. – **CÓDIGO DEONTOLÓGICO**
CDR – **CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL**
CE – **CONSELHO DE ENFERMAGEM**
CECG – **COMPETÊNCIAS DOS ENFERMEIROS DE CUIDADOS GERAIS**
CEEC – **COMISSÃO DE ESPECIALIDADE EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA**
CER – **CONSELHOS DE ENFERMAGEM REGIONAIS**
CESMP – **COMISSÃO DE ESPECIALIDADE EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MENTAL E PSIQUIÁTRICA**
CIPE – **CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM**
CJ – **CONSELHO JURISDICIONAL**
CJR – **CONSELHOS JURISDICIONAIS REGIONAIS**
CNO – **ASSESSOR MINISTERIAL DE ENFERMAGEM (DO INGLÊS, CHIEF NURSING OFFICER)**
CNR – **CONSELHO DE REPRESENTANTES NACIONAIS**
EOS – **ENCONTRO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**
EFN – **FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS**
EFNNMA – **FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA**
FEPI – **FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM**
FNOPE – **FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS**
GCI – **GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM**
GRI – **GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
ICN – **CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES)**
MCTES – **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**
OE – **OE**
PQ – **PADRÕES DE QUALIDADE**
REPE – **REGULAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO**
ROE – **REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIROS**
SEP – **SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES**
SR – **SECÇÃO REGIONAL**
TAH – **TÉCNICOS DE APOIO HOSPITALAR**
USF – **UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR**
WENR – **GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA**
WHO ou OMS – **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**

NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Actividades e Contas que o Conselho Directivo apresenta à Assembleia Geral da OE é uma síntese das actividades desenvolvidas no plano nacional, ao longo do ano de 2006.

O CD deseja que o Relatório ora apresentado, constitua um instrumento que permita aos membros a avaliação do trabalho desenvolvido pelos órgãos sociais, tendo como base os compromissos assumidos para o mandato em geral e para o ano de 2006, em particular.

A intervenção da Ordem dos Enfermeiros, no decurso do ano de 2006, pautou-se por uma postura proactiva, operacionalizando e consolidando as intervenções mais adequadas para responder às áreas prioritárias e estruturantes definidas, continuando a dar corpo ao lema que norteia este mandato: ***MAIS PERTO DE SI.***

Dando continuidade ao plano do ano transacto, foi possível consolidar as actividades de suporte, entendidas como parte integrante e integradoras do esforço de prossecução do nosso desígnio fundamental: a promoção da qualidade dos cuidados de enfermagem aos cidadãos e do desenvolvimento, da regulamentação e do controlo do exercício da profissão.

Durante o ano 2006 as questões relativas à reorganização da rede de cuidados, à implementação do Processo de Bolonha e ao Modelo de Desenvolvimento Profissional assumiram a centralidade das nossas intervenções. Destacamos igualmente a realização do II Congresso da OE, que do nosso ponto de vista, constituiu um momento alto de afirmação da profissão.

Neste momento de avaliação de mais um ano de trabalho, cumpre-nos expressar uma certeza: o muito que foi realizado representa um esforço daqueles que se empenharam neste projecto, apesar de, quotidianamente, continuarem nos seus contextos de trabalho. Estamos certos que, paulatinamente, conseguiremos, através do trabalho que temos desenvolvido, construir um futuro para a profissão consentâneo com as expectativas dos enfermeiros e as necessidades e exigências dos cidadãos.

Lisboa, 14 de Fevereiro 2007

I - ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO

1. EXERCÍCIO PROFISSIONAL

1.1 PROMOVER A QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

1.1.1 PROJECTO "PADRÕES DE QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO"

Em Março de 2005, a OE deu inicio a um projecto centrado nos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem. A par de contribuir para a apropriação dos enunciados descritivos, este projecto, pretende que os Padrões de Qualidade se constituam como um instrumento que contribui para a busca das melhores respostas em cuidados de enfermagem e para a persecução do objectivo da excelência dos serviços que as instituições prestadoras de cuidados de saúde prestam aos cidadãos.

Aderiram ao projecto 70 instituições, sendo 62 instituições prestadoras de cuidados de saúde (43 Hospitais e Centros Hospitalares; 7 Sub-Regiões; 9 Centros de Saúde, 1 Centro Regional de Alcoologia e 1 Instituto da Droga e Toxicodependência) e 8 Instituições de Ensino (Escolas Superiores de Enfermagem/Saúde).

Integraram a bolsa de formadores/dinamizadores um total de 178 enfermeiros, pertencendo 167 a instituições prestadoras de cuidados de saúde (55 SR Norte; 36 SR Centro; 69 SR Sul; 18 SRRA Açores) e 11 a Escolas Superiores de Enfermagem/Saúde (2 SR Centro; 5 SR Sul; 4 SRRA Açores).

A formação decorreu de Novembro de 2005 a Junho de 2006, num total de 2646 horas.

Com vista a efectivar o acompanhamento institucional foram realizadas, pelos enfermeiros das respectivas Secções Regionais da OE que integram o projecto, 57 reuniões de acompanhamento institucional.

Realça-se, assim, o trabalho de acompanhamento desenvolvido por estes enfermeiros, membros dos Órgãos Sociais das Secções Regionais que, com esforço e dedicação, permitiram o desenvolvimento do projecto.

O relatório de progresso de implementação deste projecto encontra-se disponível no *site* da OE.

1.1.2 GRUPOS DE TRABALHO CRIADOS NO ÂMBITO DAS BOAS PRÁTICAS

A elaboração de instrumentos de suporte ao exercício profissional que constituam Guias Orientadores de Boas Práticas foi um compromisso assumido para este mandato, motivo pelo qual foram constituídos vários grupos com a finalidade de concretizarem esse propósito.

Este ano, verificaram-se no entanto, algumas dificuldades na consecução deste intento, devido à gestão da disponibilidade de alguns enfermeiros que constituíam os respectivos grupos de trabalho.

Mesmo assim realizou-se um trabalho altamente meritório de que, a seguir, damos conta:

- **Grupo de Trabalho Verificação Técnica das Unidades de Hemodiálise (GTVTUH):** redefiniu a estratégia de trabalho e iniciará a auscultação no terreno para colher dados que permitam elaborar um documento sobre boas práticas em enfermagem a integrar no manual.

- **Grupo de Trabalho do Enfermeiro na Prevenção e Controlo da Dor (GTEPCD):** continuou o seu projecto de elaboração de guia orientador de boas práticas para a intervenção do enfermeiro na prevenção e no controlo da dor, tendo realizado as seguintes actividades:
  - Cartaz comemorativo do Dia Nacional de Luta contra a Dor;
  - *Workshop* nacional "Boas Práticas no Controlo da Dor", realizado a 14 e 15 de Dezembro, com objectivo geral de recolher contributos da prática para construir as linhas orientadoras do Guia de Boas Práticas, no âmbito dos cuidados de enfermagem na prevenção e controlo da dor;

- **Grupo de Trabalho Integridade Cutânea / Feridas (GTICF):** elaborou o ante-projecto do guia orientador, prevendo durante o ano 2007 proceder a fase de validação da versão 01, em vários contextos de trabalho seleccionados, com a colaboração dos CE Regionais.

- **Grupo de Trabalho para Valorização dos Cuidados à Pessoa Idosa (GTVCPI):** continuou a elaboração do guia orientador de boas práticas à pessoa idosa e através de pesquisa e análise de documentação.

- **Grupo de Trabalho para os Cuidados de Enfermagem de Reabilitação à pessoa com Traumatismo Vértebro – Medular:** o grupo terminou a revisão sistemática da documentação referente ao tema, elaborando a versão 01. Têm previsto avaliar os dados obtidos e elencar uma listagem abrangente de linhas orientadoras para serem revistas por um grupo de peritos.

1.1.3 OUTROS GRUPOS DE TRABALHO

- **Grupo de Trabalho para os Sistemas de Informação em Enfermagem (SIE):** tendo por finalidade propor a definição da política estruturante da OE na área dos sistemas de informação e documentação de enfermagem, realizou as seguintes actividades
  - Tradução/validação e publicação da CIPE® 1.0, em livro e em *browser*;
  - Intervenção política junto da tutela;
  - Elaboração de normas para os sistemas de informação em enfermagem;
  - Criação do processo de certificação para os SIE;
  - Constituição do Grupo de Estudo Desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Documentação de Enfermagem, com 3 membros do CD, 2 membros do CE e 1 membro do CJ.

  Refira-se o envolvimento do coordenador do GRI, que integra o grupo e assegurou a comunicação e articulação internacional com o ICN relativamente ao processo de negociação, tradução, validação e publicação da CIPE® 1.0.

- **Grupo de Trabalho de Investigação**: tendo por finalidade construir uma proposta de trabalho para a concretização da Tomada de Posição "Investigação em Enfermagem". Foram realizadas as seguintes actividades:
  - Elencagem de actividades relacionadas com a investigação e perspectivas de desenvolvimento;
  - Criação de critérios de priorização e preparação das actividades, neste âmbito, para o ano de 2007;

- **Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Eventual Gripe Pandémica:** realizou 5 reuniões de trabalho onde se estruturou o trabalho entre os Órgãos Nacionais e Regionais. Realizou-se o "1º Ciclo de debates Regionais – eventual gripe pandémica – uma ameaça / oportunidade", abertas aos enfermeiros das regiões Norte, centro, Sul, Madeira e Açores, amplamente participados.

- **Observatório da OE para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários:** Este observatório, criado no final de 2006 tem como missão o acompanhamento da reforma dos cuidados de saúde primários em curso, de modo a propiciar informação pertinente, que permita uma tomada de posição fundamentada ao CD, sempre que tal se julgue conveniente.

1.1.4 PARTICIPAÇÃO EM PROJECTOS INTERNACIONAIS

- ***Liderança para a Mudança™ - Leadership for Change™***

O CD da OE decidiu, após diligências efectuadas a nível internacional levar a cabo o programa "Liderança para a Mudança™" do ICN. Com este programa a OE espera contribuir para o desenvolvimento das capacidades de liderança dos enfermeiros e adquirir capacidade formativa para, nos termos contratuais, mas de forma autónoma, poder replicar o programa a partir de 2009. Esta replicação poderá ser extensiva aos países de expressão oficial portuguesa.

- ***Rede de Enfermagem da Comunidade de Países de Língua Portuguesa***

A OE decidiu integrar esta rede que pretende vir a contribuir para o desenvolvimento global da profissão e que integra como membros coordenadores a OE, a Direcção Geral da Saúde, a Associação Garcia de Orta e Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa.

- ***Biblioteca Móvel - Mobile Library***

Foi formalizado com o ICN um *memorandum* de entendimento com vista ao desenvolvimento da parceria que adoptou a designação de "Biblioteca Móvel OE/ICN".

Os trabalhos de preparação estão praticamente concluídos e prevê-se que as primeiras 15 bibliotecas sejam entregues nos países de destino até ao final do primeiro trimestre de 2007.

O ICN adquiriu 4 bibliotecas para enviar ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Lusaka.

- ***Estudo Multinacional do Enfermeiro de Família da OMS Europa - Family Health Nurse Multinational Study – WHO Europe (5º Encontro)***

A OE fez-se representar por um membro do CD e da CEEC, no *5º Encontro do Estudo Multinacional do Enfermeiro de Família*, onde foi apresentada, para validação, a primeira versão do relatório final do estudo. Neste encontro foi ainda aprovado um plano de trabalho e constituídos grupos de trabalho para sua operacionalização. Este relatório que já está concluído e, em breve, estará disponível em versão electrónica inclui dados relativos a alguns aspectos da situação Portuguesa nesta área.

- ***Projecto Rapariga Urbana - Girl Child Project***

As características deste projecto da responsabilidade da Comissão de Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria, coordenado por um dos seus membros e com assessoria do GRI, originaram alguns contratempos que tornaram impossível a concretização das actividades planeadas para 2006. Apesar do atraso, está planeado concluir o projecto e divulgar os resultados finais durante o ano 2007.

1.2 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL / CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1.2.1 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

As actividades realizadas no âmbito do desenvolvimento profissional, inscreveram-se em torno de dois eixos estruturantes: certificação de competências e especialidades em enfermagem.

Apesar disso, atendendo à problemática envolvente à implementação do processo e às suas consequências para o desenvolvimento da profissão, demos também especial atenção aos aspectos relativos à formação em enfermagem.

1.2.1.1 CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Das actividades desenvolvidas pelo grupo responsável e pelos órgãos envolvidos, destacam-se as seguintes:

- Definição do modelo de desenvolvimento profissional/certificação de competências de enfermeiro e de enfermeiro especialista;
- Debate do modelo de desenvolvimento profissional e do sistema de certificação de competências com instituições de ensino e de saúde, organizações socioprofissionais, enfermeiros e associações de estudantes no II Congresso da OE, Assembleia-Geral de Maio, Fórum Nacional Descentralizado, (ver relatório no *site* da OE) e outros espaços de trabalho;
- Definição do modelo de acompanhamento do desenvolvimento profissional, nomeadamente os critérios para o reconhecimento de idoneidade de unidades / serviços e definição do perfil e de critérios de certificação e aptidão de tutores / supervisores clínicos;
- Inicio da discussão e aprofundamento do quadro regulamentar com o Ministério da Saúde.

1.2.1.2 INDIVIDUALIZAÇÃO DAS ESPECIALIDADES

Face à natureza e complexidade desta temática e à necessidade de se preparar uma proposta que reunisse um elevado nível de concordância entre os enfermeiros, o CE destacou-a como prioritária.

O CD em conjunto com o CE coordenou, organizou e realizou o EOS da Costa da Caparica a 13 e 14 de Janeiro de 2006 com a finalidade de debater percursos de desenvolvimento profissional e a individualização das especialidades em enfermagem. Em síntese, podemos afirmar que, não tendo sido consensual a existência de um único percurso de desenvolvimento profissional, foi reconhecida, pela maioria dos presentes, a importância de individualizar as especialidades, porque a mesma permite:

- identificar o espaço de intervenção dos enfermeiros para que o cidadão reconheça a quem deve recorrer para obviar as suas necessidades de cuidados de saúde;
- reduzir áreas de sobreposição dos campos de intervenção entre especialistas e entre estes e os enfermeiros de cuidados gerais,
- potenciar o exercício profissional autónomo em cada área de especialidade.

Na sequência deste EOS realizamos os Encontros Regionais dos membros dos Órgãos Sociais Nacionais e Regionais em Fevereiro de 2006. Esta iniciativa foi organizada em conjunto com as Secções Regionais tendo sido efectuado um encontro por região com o objectivo de clarificar e evoluir na discussão sobre as hipóteses de percurso de desenvolvimento profissional tendo por base a orientação sobre a individualização das especialidades.

Verificou-se um largo consenso sobre a importância de promover o desenvolvimento profissional dos enfermeiros e da disciplina de enfermagem, através de um percurso de desenvolvimento profissional, no sentido da especialização de todos os enfermeiros, de modo a que o cidadão seja atendido por profissionais reconhecidos pelo elevado nível de adequação dos cuidados prestados às necessidades de cada pessoa/família.

Ainda este ano, o CE divulgou no II Congresso da OE uma proposta de individualização das especialidades assente num único percurso de desenvolvimento profissional e levou à apreciação na *Assembleia-Geral de Maio*, uma proposta de referenciais para o desenvolvimento do modelo, onde se assume que a individualização se fará ao nível do **alvo de intervenção** e através da explicitação do **campo de intervenção**, pelo que o título profissional de enfermeiro especialista deverá explicitar a área de especialidade.

Face à necessidade de obter consensos, dada a natureza e complexidade da decisão sobre esta temática, entendeu-se prosseguir o debate com os enfermeiros, promovendo o envolvimento de todos os actores num Fórum Nacional Descentralizado: ***Desenvolvimento Profissional – que futuro? Certificação de Competências e Especialidades*** e noutros momentos de cariz técnico científicos realizados em várias regiões.

Decorrente destes debates constata-se que, de um modo geral, se verificou concordância com a proposta de desenvolvimento profissional, traduzida no fluxograma apresentado, bem como com a estrutura de individualização das especialidades. Sobressaiu a existência de incertezas relativamente ao processo. Foi também indiscutível a não existência de concordância em relação à lista de especialidades, colocada à apreciação no Fórum, ficando patente a necessidade das futuras áreas especialidade em enfermagem emergirem da estrutura apresentada, ou seja, dos eixos organizadores ciclo de vida, projectos de saúde e ambiente, doseando o enfoque nos vários organizadores mas evitando a sobreposição dos campos de intervenção.

1.2.1.3 FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

No que concerne ao acompanhamento e intervenção na implementação do Processo de Bolonha e suas implicações para os cuidados de saúde aos cidadãos e para a profissão de enfermagem e seu desenvolvimento, verificou-se:

A participação da OE nas diferentes reuniões promovidas pelo MCTES no âmbito da avaliação da qualidade do ensino superior em Portugal realizado pela European Association for Quality Assurance in Higher Education - ENQA.

Divulgação em múltiplos espaços e momentos da Tomada de Posição da OE de 8 de Maio.

Discussão, em diferentes reuniões de trabalho com a tutela e os diferentes agentes envolvidos, das implicações relativas ao processo de adequação dos cursos de enfermagem ao Processo e Bolonha.

Com objectivo de aferir as condições de acompanhamento do ensino clínico de enfermagem, foi enviado no final do ano, um questionário a todas as instituições de saúde e de formação.

1.2.2 ACOMPANHAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Foi concluída a fase de teste e elaboração dos guiões para colheita de informação em Visitas Institucionais a:

- Lares de 3ª idade;
- Hospitais;
- Centros de saúde.

Encontram-se ainda em fase de teste os guiões para:

- Centros de enfermagem e policlínicas;
- Centros de hemodiálise.

Estão em fase de aprovação os seguintes documentos:

- Posição da OE sobre o modelo de formação dos AAM e de proposta de programa de formação teórico /prática para *pessoal de apoio hospitalar/AAM*;
- Proposta de programa de formação para *ajudantes familiares*.

1.3 DESENVOLVER A REFLEXÃO ÉTICA

As actividades desenvolvidas visaram o desenvolvimento da reflexão ética junto dos membros e a respectiva concretização foi assumida pelo CJ.

Nesta conformidade, realizaram-se:

- VII Seminário de Ética, em Novembro, subordinado ao tema "Segurança nos Cuidados" e com o contributo de várias individualidades e a participação do CE e do CD;
- Realização do 2º ciclo de debates, em Fevereiro e Março, em todas as Secções Regionais, subordinado ao tema: "*Cuidados Seguros*";
- Realização de reuniões com os professores de ética e deontologia do curso de enfermagem e dos enfermeiros das Comissões de Ética para a Saúde, em Fevereiro e Março, de que resultou a elaboração de um documento de "Recomendações para o ensino de ética e deontologia".

2. MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO

2.1 II CONGRESSO DA OE

Foi realizado, o II Congresso da OE subordinado ao tema "***O enfermeiro e o cidadão: compromisso d(e) proximidade".*** O congresso decorreu, num complexo quadro de alterações politicas e legislativas, que influenciam o futuro dos cuidados de saúde na sua acessibilidade e organização, e num momento em que importa dotar a profissão dos instrumentos necessários à consecução dos seus desígnios.

Foram abordados temas estruturantes para uma estratégia de desenvolvimento da enfermagem:

- Enfermagem um compromisso na proximidade: das políticas à governação em saúde
- A centralidade dos cuidados de enfermagem nas práticas: clínica; gestão; formação e investigação
- Um novo paradigma de desenvolvimento profissional: valorização de percursos e competências
- Cuidados de proximidade: reconstrução de políticas e práticas

Decorreu em simultâneo um amplo espaço de apresentação de projectos desenvolvidos pelos enfermeiros no terreno, através de *Comunicações Livres*, *Mostra de Cuidados* e *Posters*.

Nos dias de trabalho destinados ao congresso decorreram ainda a Assembleia-Geral de 11 de Maio; e as celebrações do DIE, actividades que mobilizaram muitos enfermeiros.

Foi ainda organizado, em simultâneo, com a participação dos estudantes, um *Espaço Estudante* onde foram debatidos temas como "O Ensino de Enfermagem e a Cidadania" e "Enfermagem e Empreendedorismo"

A realização deste tipo de acontecimento é sempre geradora de dificuldades que foram sendo resolvidas com o esforço e solidariedade dos enfermeiros e os colaboradores envolvidos.

Destacou-se como muito positivo:

- número de enfermeiros envolvidos nas diferentes actividades;
- a qualidade das intervenções dos participantes;
- a disponibilização previa de um livro de resumos;

- a visibilidade que a enfermagem teve não só para dentro da profissão, mas também para o domínio da saúde e da sociedade em geral;
- o empenho da Senhora Bastonária e dos membros dos Órgãos Sociais da OE;
- o profissionalismo dos funcionários da OE, directa e indirectamente implicados.

2.2 DIA INTERNACIONAL DO ENFERMEIRO

As comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro de 2007 foram associadas ao II Congresso da OE e foram organizadas pelo FNOPE. O lema do dia foi: "Dotações seguras salvam vidas" e foi conferencista convidada a Enfermeira Judith Oulton, secretária geral executiva do ICN. A versão portuguesa da brochura temática do ICN, foi gratuitamente distribuída a todos os participantes no congresso.

As comemorações centraram-se no lema, tendo sido promovido um painel de discussão, com convidados de diversas áreas da profissão e da saúde. Foi ainda colocado no espaço de exposição do II Congresso um stand organizado pelo FNOPE, onde foram exibidos diversos modelos de uniformes de enfermeiros.

2.3 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM OS CIDADÃOS

A intervenção da OE visou o reforço do direito dos cidadãos a cuidados de enfermagem de qualidade e a contribuição para a melhoria do acesso à informação e ao conhecimento em matéria de saúde.

Para tal, recorremos às seguintes iniciativas:

- Envolvimento das associações ou individualidades relevantes da sociedade civil, nas datas significativas para a enfermagem;
- Optimização dos recursos instalados na área da comunicação e imagem;
- Enquadramento dos enfermeiros em todas as actividades que contribuam para o aumento da sua visibilidade (feiras, escolas, comunicação social);
- Realização de campanha de promoção de imagem pública, com edição de cartazes e postais, para distribuição nas instituições, relacionados com as seguintes efemérides:
  - 7 de Abril - Dia Mundial da Saúde - Sessão organizada em conjunto com a Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos e Ordem dos Médicos Dentistas, com a presença da Senhora Enfermeira Christine Hancock;
  - 12 de Maio - Dia Internacional do Enfermeiro – Subordinado ao tema "*Dotações seguras, salvam vidas"* no decorrer do II Congresso da OE. A organização pertenceu ao FNOPE e pudemos contar com a presença da Secretária Geral do ICN Judith Oulton;
  - 1 e 2 de Junho - Dia Internacional da Criança / I Encontro EESIP (CEESIP) - Foram produzidos 4.000 cartazes, 25.000 postais e 8 telas (sede e hospitais pediátricos) alusivos à efeméride;
  - 14 de Junho - Dia Nacional da Dor (Grupo de Estudo da Dor) - Produziram-se 2.500 cartazes;
  - 1 a 7 de Agosto - Semana Mundial do Aleitamento Materno (CEESMO em conjunto com DGS e Mamamater) incluindo o Dia Mundial do Aleitamento Materno (1 Agosto) - A Delta ofereceu a produção de pacotinhos de açúcar com 4 imagens e mensagens diferentes; Foram produzidos 2950 cartazes e 10.000 exemplares de um cartão para oferecer nas maternidades;

- 1 de Outubro - Dia Internacional do Idoso - Produção de um cartão com 10 regras úteis para o Idoso com Saúde - 25.000 exemplares;
- 10 de Outubro - Dia Mundial da Saúde Mental - Produção de uma tela exposta no exterior da sede;
- 14 de Novembro - Dia Mundial da Diabetes - Foi produzida uma tela exposta no exterior da sede;
- 29 e 30 de Novembro – II Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação, organizado conjuntamente com o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, no âmbito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência;
- 3 e 10 de Dezembro respectivamente - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e Dia dos Direitos Humanos - Foi produzida uma tela exposta no exterior da sede.

2.4 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM OS ENFERMEIROS

Sendo esta vertente de intervenção uma questão prioritária da responsabilidade perante os membros da OE, há a assinalar o seguinte:

- Actualização permanente e atempada do *site,* tendo-se verificado uma evolução bastante significativa na sua utilização. Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006 foram registadas 255 916 visitas ao mesmo;
- Foram editados quatro números da *ROE*;
- Edição de um novo veiculo de informação aos membros – *ExpressOE* – do qual foram produzidos 2 números;
- Realização, pela primeira vez, de Cerimónia de Vinculação à profissão em todas as Secções Regionais.

2.5 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM O PODER POLÍTICO

Ao longo de ano de 2006 a intervenção da OE desenvolveu-se em várias vertentes que poderão ser sistematizadas nos seus aspectos formais, do modo apresentado de seguida.

2.5.1 Presidência da República

A OE foi recebida em 2006 por Sua Excelência o Senhor Presidente da República:

- Em 18 Janeiro, com vista a apresentação do convite para a Sessão de Abertura do II Congresso da OE;
- Em 31 Maio, tendo em vista a apresentação dos objectivos que nos propomos atingir num quadro de mudanças no Sistema de Saúde Português.

2.5.2 Assembleia da República

A OE solicitou audiência a todos os grupos parlamentares devido ao Processo de Bolonha, tendo sido recebida em 2006, pelos seguintes grupos parlamentares:

- A 27 de Junho, Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português;
- A 29 de Junho, Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda;
- A 17 de Julho Grupo Parlamentar dos Verdes.

Fomos ainda recebidos:

- A 17 de Janeiro, pela Comissão da Saúde da Assembleia da República;
- A 18 de Julho, pela Comissão de Educação Ciência e Cultura.

2.5.3 Governo

Ministério da Saúde

A OE foi recebida pelo Ministro da Saúde:

- A 08 de Fevereiro – a audiência realizou-se com a OE e David Benton, para apresentação da proposta de realização da Conferência do ICN de 2011 em Portugal;
- A 11 Abril – em audiência com as 4 Ordens Profissionais da área da Saúde.

Os documentos enviados ao Senhor Ministro da Saúde ou ao respectivo gabinete indicam-se de seguida:

- Parecer da OE relativo ao Projecto de Decreto – Lei para a criação da Rede de Cuidados Continuados Integrados;
- Parecer da OE relativo ao Anteprojecto de Decreto – Lei sobre estabelecimento de regras a que obedece a avaliação previa de medicamentos que devem ser reservados exclusivamente a tratamentos em meio hospitalar;
- Parecer da OE relativo à Alteração à Lei 12/93 de 22 de Abril – Colheita e transplante de órgãos, tecidos e cédulas de origem humana;
- Parecer da OE referente à transposição para a ordem jurídica interna das directivas comunitárias 2002/98/CE, 2004/33/CE, 2005/61/CE, 2005/62/CE, 2002/98/CE;
- Parecer da OE sobre o Anteprojecto de Decreto – Lei sobre a prevenção do tabagismo;
- Parecer da OE sobre a 2.ª audição pública sobre o projecto de Decreto – Lei sobre a prevenção do tabagismo;
- Ofício remetido ao Ministro da Saúde em 27.09.06 sobre o Novo Estatuto do Medicamento;
- Parecer da OE sobre o Projecto de Decreto – Lei de transformação de alguns Hospitais em Entidades Públicas Empresariais;
- Parecer da OE sobre o Projecto de Decreto – Lei de criação da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE;
- Parecer da OE sobre o a alteração ao Anteprojecto de Decreto – Lei – Medicamentos não sujeitos a receita médica;
- Parecer da OE sobre o Ante-projecto de Decreto – Lei que estabelece o regime jurídico da organização e do funcionamento das USF, o regime remuneratório especial dos profissionais integrados na equipa multiprofissional da USF e o regime de incentivos a atribuir a todos os elementos que a constituem;
- Parecer da OE sobre o Relatório da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgência Geral;
- Parecer da OE sobre o Programa Funcional do Centro Materno e Infantil do Norte, solicitado pela ARS Norte;

- Parecer da OE sobre o Programa Nacional de Prevenção da Infecção relacionada com os cuidados de Saúde – solicitado pelo Alto Comissário da Saúde.

Convites entre a OE e o Ministério da Saúde:

- Convite para o lançamento da tradução oficial para a língua portuguesa da classificação internacional para a prática de enfermagem – CIPE® versão 1, que contou com a presença da Senhora Secretária de Estado Adjunta – Dra. Carmen Pignatelli;
- Bastonária esteve presente a convite da Senhora Secretária de Estado Adjunta – Dra. Carmen Pignatelli na Sessão de Divulgação da Rede Nacional de Cuidados Continuados de Saúde e Apoio Social a Idosos e outros dependentes no dia 21 de Abril;
- Convite para apresentação do balanço e iniciativas para os próximos 6 meses da Missão para os Cuidados de Saúde Primários no dia 12 de Outubro;
- Convite para integrar a Delegação Portuguesa à Conferência Ministerial Europeia da OMS sobre a Obesidade em Istambul de 15 a 17 de Novembro;
- Convite ao Ministério da Saúde para fazer parte do Conselho Consultivo do Projecto – Liderança para a Mudança™;
- Convite ao Senhor Ministro da Saúde para estar presente na cerimónia de apresentação do Projecto – Liderança para a Mudança™;
- Convite para integração da Bastonária na delegação oficial Portuguesa à Assembleia Mundial de Saúde.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Por convite do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a OE esteve presente nas reuniões de trabalho com a ENQA (Rede Europeia de Garantia de Qualidade no Ensino Superior), onde foram apresentadas as linhas gerais do trabalho a realizar pela ENQA e discutidos os contributos das ordens profissionais.

Relativamente a este assunto a OE enviou um Parecer sobre a Rede Europeia de Garantia de Qualidade no Ensino Superior em 15 de Maio.

A OE foi recebido pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior no dia 16 de Janeiro, tendo sido abordados os seguintes assuntos:

- A oferta formativa e as necessidades em cuidados de enfermagem;
- Enquadramento legal para a situação de enfermeiros oriundos de países terceiros e que pela diferença do quadro regulador do ensino nesses países não podem aceder à profissão;
- A aplicação do *Processo de Bolonha* ao ensino de enfermagem.

Foram solicitadas, audiências no âmbito do desenvolvimento e aplicação do novo quadro organizativo do ensino superior decorrente da aplicação do *Processo de Bolonha*. A sua efectivação ocorreu no dia 18 de Dezembro, tendo sido a OE recebida pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nela foram abordados os seguintes assuntos:

- Organização do Ensino Superior na Área da Saúde;

- Adequação ao *Processo de Bolonha* no actual quadro regulamentar para o Ensino de Enfermagem;
- Organização da rede de oferta formativa em enfermagem.

Secretaria Geral do Ministério da Saúde

A OE reuniu-se 2 vezes com o Secretário-Geral da Saúde, em torno das questões relativas ao novo modelo de desenvolvimento profissional.

Unidade de Missão para os Cuidados de Saúde Primários

A OE reuniu-se 3 vezes com a Unidade de Missão para os cuidados de saúde primários.

Direcção Geral da Saúde

A OE enviou o seu parecer sobre a "Consulta relativa a uma acção comunitária dos serviços de saúde".

A OE reuniu com o Sr. Director Geral no sentido de acordar a organização da campanha da Semana Mundial do Aleitamento Materno que foi levada a efeito este ano com a participação da OE, a Direcção Geral da Saúde e a MamaMater.

Direcção Geral do Ensino Superior

De acordo com o pedido da DGES, foram emitidos oito pareceres sobre os planos de estudo de CPLEE:

- Na área da enfermagem de reabilitação (1),
- Na área da saúde materna e obstétrica (1)
- Na área da enfermagem de saúde mental e psiquiátrica (2)
- Na área da saúde infantil e pediátrica (3)
- Na área de enfermagem comunitária (1)

Ministério da Defesa Nacional

A OE foi recebida em 2006, a seu pedido, pelo Senhor Ministro da Defesa onde explicitou a sua posição sobre a situação da enfermagem na Instituição Militar.

2.5.4 Participação em comissões / organismos previstos na lei ou por solicitação

Para além dos enfermeiros já nomeados anteriormente, o Conselho Directivo procedeu, ao longo deste ano do mandato, à nomeação de mais um representante para o Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde da Direcção Geral da Saúde.

2.5.5 Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ ou outras entidades

A OE continua a ser convidada para várias iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades e realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas.

Em resposta a estas solicitações, a Sra. Bastonária esteve presente, ou fez-se representar em 230 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e/ou encerramento.

A Sra. Bastonária foi convidada pelo Sr. Presidente da República para o acompanhar na 3.ª Jornada do Roteiro para a Inclusão, dedicado ao tema Voluntariado e Exclusão Social em Meio Urbano.

3. GESTÃO DE RECURSOS

O desenvolvimento do trabalho planeado e o acréscimo evidente de actividades determinou a necessidade de garantir os recursos necessários à sua execução, pelo que se realizaram 4 novas admissões de funcionários. Foi realizado um total de 26 323 horas de trabalho.

Estes recursos humanos foram mobilizados não só na gestão relativa aos membros da OE, como no apoio ao trabalho dos membros dos órgãos sociais a nível nacional e internacional.

No que se refere à gestão de membros, as actividades relacionadas com o envio de informação através de correspondência representou um volume elevado tendo um acréscimo de 14 % em relação ao ano anterior.

Os dados relativos à base de dados que foram alterados, a pedido dos membros, com maior frequência relacionaram-se com averbamentos, revalidações, alteração do nome e morada.

A decisão de centralização da gestão do património da OE, determinou a alteração da metodologia do processo de decisão, execução e controlo dos investimentos relativos a imóveis. O trabalho da Comissão de Acompanhamento da Execução do Investimento permite uma monitorização permanente dos contratos das obras em curso, bem como do respectivo grau de execução, o que permite que as decisões relativas à gestão do património sejam tomadas atempadamente.

Foi contratualizada a realização de auditoria financeira externa que ainda decorre.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A alteração da distribuição de áreas de actividade, no seio do CD, possibilitou que o coordenador do GRI se dedicasse exclusivamente aos assuntos internacionais, ou com ligação internacional, tornando possível um melhor planeamento das actividades e facilitando a identificação de áreas e circuitos a melhorar no futuro.

Este ano, e em particular, foi notória a necessidade de reforçar os níveis de resposta às diferentes consultas internacionais que o GRI dirigiu aos órgãos sociais da OE e aos membros do FNOPE.

4.2 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

De um modo geral, os objectivos do GRI foram globalmente atingidos.

A área em que o resultado global nos deixa mais insatisfeitos, é a da resposta aos diferentes tipos de solicitações internacionais que nos foram colocadas. Contudo, somos de opinião que a qualidade das respostas fornecidas, compensa – em parte – algumas das que não foram satisfeitas sendo o número crescente de solicitações que nos chegam, um bom indicador desta opinião. Ainda nesta área é forçoso que sejam encontradas soluções que consigam, simultaneamente, respeitar o ritmo de funcionamento interno dos diferentes órgãos da OE e do FNOPE e, garantir respostas dentro dos prazos estabelecidos pelas organizações internacionais.

A participação em actividades internacionais reforçou a divulgação da imagem da enfermagem portuguesa, e contribuiu decisivamente para a sua afirmação e visibilidade internacional.

Este ano para além da grande quantidade de informação internacional útil para a enfermagem e para os enfermeiros portugueses que foi recolhida e disseminada, é importante realçar a informação sobre a enfermagem e os enfermeiros portugueses que foi transmitida a diversas organizações estrangeiras de enfermeiros e da saúde.

4.2.1 ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS

No âmbito das muitas actividades desenvolvidas em resultado da condição de membro, de convites ou intervenções do ICN, salientamos:

- ***"Reuniões da Tríade"***

O ICN em parceria com o Nursing and Midwifery Office da WHO-Genebra (Gabinete de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica da Organização Mundial de Saúde) organizou uma sequência de reuniões com o intuito de reforçar a colaboração e estabelecer redes de trabalho, entre três grupos de líderes nacionais de enfermagem: as associações profissionais membro do ICN, os reguladores de enfermagem e os assessores ministeriais de enfermagem (CNOs). Ao ICN coube a organização das reuniões das associações e dos reguladores e à OMS a reunião dos assessores. Depois de reunirem separadamente, os participantes nas três reuniões participaram na primeira reunião da Tríade[1].

Na reunião das associações esteve presente um representante da OE e dois representantes do FNOPE.

Na reunião dos reguladores participaram os presidentes do CJ e CE.

Na reunião de Assessores Ministeriais de Enfermagem (CNOs) a OE também esteve representada.

Considerando a proximidade destas reuniões com o 1º Encontro de Cooperação das Organizações Profissionais de Enfermeiros dos Países de Língua Portuguesa (ECOPEPL) e do II Congresso da OE, foi possível – em parceria com o ICN – patrocinar a presença nas reuniões de Genebra, a um enfermeiro de cada uma das delegações dos países que se fizeram representar no 1º ECOPEPL e no II Congresso da OE.

- ***World Health Professions Alliance Leader's Forum* – Fórum de Lideres da Aliança das Profissões de Saúde**

A reunião subordinada ao tema: *Trabalhando em conjunto para cuidados de saúde seguros*, teve três sessões principais onde foram abordados os seguintes assuntos:

- Segurança do doente: ambientes de cuidados responsáveis e livres de culpa;
- Reforçar a segurança dos doentes através do combate aos medicamentos falsificados
- Unir esforços para uma melhor saúde.

Estiveram presentes um representante da OE e dois representantes do FNOPE.

- ***Observatório de Regulação***

Este é um espaço de encontro de líderes de enfermagem dos 5 continentes, onde o ICN procura aperceber-se das tendências mundiais no campo da regulação da enfermagem e da forma como esta se vai adaptando a realidades emergentes na área da saúde.

No encontro realizado em Copenhaga, entre 21 e 23 de Novembro, participou a Sra. Bastonária, que é membro permanente do observatório, De entre os inúmeros assuntos incluídos na agenda, merece referência especial a abordagem do tema: "Estratégias nacionais para planeamento da força de trabalho na saúde" e suas consequências a nível global.

[1] Informação mais detalhada sobre esta reunião pode ser encontrada no número 22 da ROE.

- ***Conferência e CNR de 2011 do ICN – Candidatura da cidade de Lisboa como cidade anfitriã***

  Preparação, em parceria com o Lisboa Convention Bureau, do dossier de candidatura da cidade de Lisboa, como cidade anfitriã da *Conferência e CNR de 2011 do ICN* e do acompanhamento da visita de inspecção do Enfermeiro David Benton. Apesar de todo o esforço colocado na preparação da candidatura, em Maio, fomos informados que de entre as cinco cidades candidatas, o Conselho Directivo do ICN escolheu a cidade de La Valleta, em Malta.

4.2.2 EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS

A OE participou, em 28 de Fevereiro, no evento de lançamento da EFN, que teve lugar no Parlamento Europeu e foi dedicado ao tema "A mobilidade dos enfermeiros", que, entre outras, contou com intervenções de representantes da WHO – Genebra e do Eurostat.

Foi assegurada a participação nas duas assembleias-gerais, tendo sido a de Outubro organizada pela OE no Funchal. Tendo em atenção o modelo de filiação da OE no ICN, participaram – na qualidade de observadores – cerca de duas dezenas de enfermeiros portugueses em representação das Secções Regionais da OE , das associações membro do FNOPE e da FNAEE. Nesta assembleia o Enfermeiro António Manuel Silva foi eleito para o cargo de Vice-Presidente da EFN.

4.2.3 FEPI – FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM

A OE participou, na qualidade de convidada, na Assembleia Geral da organização que se realizou em 12 e 13 de Janeiro, em Bruxelas, onde fez uma apresentação sobre a OE e a enfermagem em Portugal.

A OE aceitou os convites para participar nos grupos de trabalho da FEPI sobre formação em enfermagem e ética e estiveram presentes representantes do CD e CJ, respectivamente.

Foi formalizado o pedido de filiação na organização em Dezembro.

4.2.4 EFNNMA – EUROPEAN FORUM OF NATIONAL NURSING AND MIDWIFERY ASSOCIATIONS - FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

A OE participou, em Maio, no encontro anual em São Petersburgo. Neste encontro para além das questões relacionadas com a vida da organização, foram abordados alguns aspectos relacionadas com a infecção pelo VIH e a SIDA, tendo sido aprovada uma declaração sobre *Os cuidados de enfermagem e enfermagem obstétrica ao cliente com HIV/SIDA*. A delegação nacional contou ainda com a participação de um representante da FNOPE.

4.2.5 WENR- WORKGROUP OF EUROPEAN NURSE RESEARCHERS - GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA

A OE participou na reunião anual do grupo, que se realizou em Outubro, em Copenhaga. E participou também no simpósio "A Obesidade como ameaça à saúde: como pode a investigação em enfermagem contribuir para a prevenção e tratamento", que foi realizado em paralelo.

4.2.6 CNO'S NETWORK - REDE DE TRABALHO DE ASSESSORES MINISTERIAIS DE ENFERMGEM

No âmbito da Presidência Finlandesa da UE, a OE participou, em Outubro, no encontro da rede que se realizou em Helsínquia. O tema geral do encontro foi a *Saúde em todas as políticas* e, pela primeira vez neste tipo de encontros, foi realizada uma sessão conjunta com os *Chief Medical Officers*, cujo tema foi a segurança do doente. Neste encontro a OE realizou uma apresentação sobre questões actuais da enfermagem em Portugal.

4.2. 7 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

- ***59ª Assembleia Mundial de Saúde***

A OE participou neste evento integrando a delegação oficial de Portugal e integrando a delegação do ICN.

Nesta assembleia foi aprovada uma resolução para fortalecimento da enfermagem e enfermagem obstétrica[2].

- ***Inquérito Global para Monitorização do Progresso na Enfermagem e na Enfermagem Obstétrica***

Na sequência de solicitação da OMS-Europa, e em coordenação com a Direcção Geral da Saúde, o GRI enviou resposta a uma extensa consulta sobre o estado da enfermagem em Portugal.

- ***Conferência Ministerial Europeia da OMS sobre o Combate à Obesidade***

Em resultado da participação na reunião do WENR e, na sequência de contactos desenvolvidos pelo GRI, foi assegurada a integração da, representante da OE, no Programa Nacional de Combate à Obesidade, na delegação ministerial a este evento.

- ***Consulta da OMS - genebra SOBRE A CONTRIBUIÇÃO da Enfermagem e Enfermagem obstetrica em situações de emergência e catástrofe***

Na sequência de informação da EFNNMA, o GRI assegurou a participação de um representante da OE, nesta consulta feita pela OMS à escala mundial.

4.2. 8 ACTIVIDADES NO ESPAÇO LUSÓFONO

- ***1º Encontro de Cooperação das Organizações Profissionais de Enfermeiros dos Países de Língua Portuguesa***

Tendo como principais objectivos a apresentação do projecto da Biblioteca Móvel e a discussão de aspectos para cooperação futura, a OE realizou este encontro que contou com representantes de todos os países de língua oficial portuguesa. Foram endereçados convites às associações que são membro do ICN, casos de Angola, Brasil, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e nos restantes foram convidados representantes de uma associação profissional de enfermeiros e de um sindicato de enfermeiros, casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

Estiveram ainda presentes representantes das organizações do FNOPE, da Direcção Geral da Saúde, da Associação Garcia de Orta e da Fundação Calouste Gulbenkian.

[2] Informação mais detalhada sobre este evento e a versão portuguesa da resolução pode ser encontrada no número 22 da ROE.

- ***FNOPE***

O GRI coordenou a actividade regular do FNOPE, promovendo a realização de seis reuniões, disseminando, divulgando e recolhendo informação entre os seus membros.

4.2. 9 OUTRAS ACTIVIDADES

- ***Creating positive practice environments for the international nurse* – Criando ambientes favoráveis à prática para o enfermeiro internacional**

A OE fez-se representar nesta conferência promovida pelo International Centre on Nurse Migration (Centro Internacional sobre Migração de Enfermeiros) e pelo Royal College of Nursing. Foram abordadas diversas questões relacionadas com a integração de enfermeiros estrangeiros nos países do Reino Unido, apresentados casos de estudo e reforçada a declaração de posição para um recrutamento internacional regido por princípios éticos.

- ***6ª Conferência FINE "Challenging together the eurpean Harmonisation of Nursing Education"***

A OE fez-se representar neste evento, apresentando comunicações sobre a evolução do ensino de enfermagem em Portugal e a posição da OE sobre a implementação do Processo de Bolonha.

- ***1st European Nursing Fórum***

A convite da organização a OE participou em Junho, em Lyon, com uma apresentação sobre a experiência vivida no processo de criação e implementação da OE em Portugal

- ***"Quoi de neuf pour la profession infirmiére"***

A convite da organização a OE participou em Dezembro, em Lyon, com uma apresentação sobre a experiência vivida no processo de criação e implementação da OE em Portugal.

- **Conferências e CNR do ICN de 2007 – Yokohama – Maio / Junho 2007**

Foram iniciadas as actividades de preparação da participação institucional da OE nos eventos agendados:

– *Conselho de Representantes Nacionais* (CNR);

– Conferência do ICN 2007 – ***Os enfermeiros na vanguarda: lidando com o inesperado***;

– 8ª Conferência Internacional de Regulação – ***Protegendo o público: boa prática de regulação***;

– Participação com um stand na ***exposição paralela*** à conferência do ICN.

A coordenação destas actividades está a cargo do CD.

Com o intuito de fomentar a participação de enfermeiros portugueses foi organizada uma viagem de grupo a que podem aderir todos os membros da OE e seus acompanhantes, e promovido um concurso de comunicações livres entre todos os resumos de membros que foram aceites para apresentação na conferência do ICN.

4.3 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO INTERNACIONAL

A divulgação de informação internacional foi assegurada através da publicação de artigos na ROE, (16 artigos), bem como através de outros meios de comunicação da OE, sempre que julgada pertinente.

Para garantir o acesso da totalidade dos membros, a informação que é considerada relevante foi continuada uma política de tradução regular de documentos internacionais considerados relevantes.

5. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O GCI da OE tem como principal objectivo melhorar a proximidade da OE ao seu público externo – os enfermeiros portugueses ou de outras nacionalidades, desde que exerçam no nosso país; a Sociedade Civil, os parceiros do sector da saúde, as diversas Instituições de soberania e aos órgãos de comunicação social – e, simultaneamente, fomentar um clima de simpatia e colaboração com o seu público interno – ou seja os diferentes grupos e órgãos sociais que constituem a OE.

Para além de dar a conhecer as tomadas e enunciados de posição, reacções, pareceres e as actividades desenvolvidas pela OE junto dos membros e da população em geral, o GCI procura aumentar, de forma progressiva e a visibilidade da OE na sociedade portuguesa, enquanto elemento que zela pela qualidade dos cuidados de enfermagem e instituição representativa de um grupo profissional decisivo na prestação de cuidados e no funcionamento dos serviços de saúde.

Neste sentido, procurámos:

- responder a todas as solicitações formuladas pela comunicação social;
- intensificar os contactos com a comunicação social, em especial com os jornalistas de saúde, chamado a atenção dos mesmos para a importância da divulgação de determinados documentos / artigos de opinião / tomadas de posição / reacções, etc;
- Promover a divulgação de informação relevante para o público em geral e para os enfermeiros através do *site* e da ROE;
- Melhorar a comunicação e a articulação entre os vários grupos /órgãos da OE e o GCI, bem como, intensificar, através dos múltiplos meios ao seu dispor, a divulgação de iniciativas organizadas pela OE.

5.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- **Revista da OE**

A OE publicou quatro edições da Revista:

- *ROE 20 – Janeiro de 2006* – Edição especial dedicada ao VI Seminário de Ética;
- *ROE 21 – Abril de 2006* – Edição regular dedicada, entre outras coisas, aos sistemas de informação em Enfermagem, à comemoração conjunta do Dia Mundial da Saúde, à promoção do II Congresso e das comemorações de mais um Dia Internacional do Enfermeiro;
- *ROE 22 – Julho de 2006* – Edição regular que se debruçou sobre alguns dos documentos debatidos no âmbito do II Congresso da OE, a Reunião da Tríade, a Assembleia Mundial da Saúde e sobre o trabalho da Comissão de Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, entre outros;

- *ROE 23 – Novembro de 2006* – Edição regular que deu destaque ao *Processo de Bolonha*, às cerimónias de vinculação à profissão e à reunião da EFN no Funchal, entre outras temáticas;
- O GCI procedeu ainda à elaboração e edição de textos para os últimos três números da revista.

A experiência deste ano veio confirmar o que já sucedeu em anos anteriores: nem sempre foi possível a publicação atempada da ROE – em especial o segundo número do segundo semestre. Para este facto contribuiu decisivamente os muito afazeres de todos os que colaboram na elaboração da revista e, consequentemente, o não cumprimento de prazos de envio ou formulação de textos.

- **SITE**

O recurso ao *site* da OE para divulgar informação produzida no seio da OE tem sido uma constante. Para além de dar a conhecer as Tomadas de Posição e a realização dos eventos ou iniciativas promovidas pela OE (entre outros), o *site* tem apresentado notícias sobre enfermagem nacional e internacional, com especial destaque para as actividades promovidas pela direcção da OE (audiências, artigos de opinião, presença em programas de televisão).

A utilização do *site* tem vindo a evoluir de forma bastante satisfatória – entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006 foram registados 12.741.918 hits (255.916 visitas), um valor bastante superior ao registado no ano de lançamento do *site*: 3.965.220 hits (289 visitas).

O GCI continuou, juntamente com a firma Accedo, a tentar melhorar alguns dos itens em que se denota um maior défice de funcionalidade/pertinência.

- **Assessoria de imprensa**

Ao deste ano, diversas foram as ocasiões em que promovemos um relacionamento mais directo com a comunicação social e a divulgação das actividades da OE. Entre elas encontram-se:

- Sessão de lançamento da Versão Portuguesa da CIPE®1.0, Lisboa – Abril;
- Cerimónia comemorativa do Dia Mundial da Saúde, Lisboa – Abril;
- II Congresso da OE / DIE 2006, Lisboa – Maio;
- Audiência com o Senhor Presidente da República – 31 de Maio;
- Reunião dos Órgãos Sociais, Leiria – Setembro;
- Cerimónia de Vinculação à Profissão;
- VII Seminário de Ética, Fátima – Novembro;
- Semana da Sra. Bastonária na Zona Centro – Novembro;
- Sessão de lançamento do Programa Liderança para a Mudança™ – Novembro;
- II Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação – Novembro;
- Audiência com o Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Dezembro;
- Apoio e acompanhamento presencial em várias entrevistas realizadas na sede.
- Assessoria à Sra. Bastonária em diversas deslocações à SICc – SIC Notícias;
- Assessoria à Sra. Bastonária numa deslocação à RTP – RTP N – Outubro;
- Assessoria ao Sr. Enf. Jacinto Oliveira na sua deslocação à SIC – SIC Notícias – Maio – no âmbito do II Congresso;

- Assessoria à Sra. Enfª Lucília Sousa Guerra com vista à sua participação no «Pró e Contras» sobre encerramento de maternidades – Maio;
- Assessoria ao Sr. Enf. José Cassiano com vista à sua participação no programa da RTP – «Bom Dia Portugal» – Outubro;
- Assessoria à Sra. Enfª Lúcia Leite com vista à sua participação no Jornal da Meia-Noite da SIC Notícias – «Humanização do parto» - Novembro;
- Todas as solicitações dos órgãos de comunicação foram acompanhadas, tanto no sentido de colocar os jornalistas em contacto com os interlocutores, como na procura de informação para ajudar a fundamentar as declarações dos interlocutores da OE. Por vezes também é fornecida informação/documentação complementar aos jornalistas;
- Foi feita a divulgação dos diversos acontecimentos e tomadas de posição da OE junto dos diversos órgãos de comunicação social, através de *press releases*. Ex: Efemérides, audiências diversas (Assembleia da República, Presidente da República, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), Encontro de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, Assembleia-geral da EFN – Funchal, Seminário de Ética, Semana da Amamentação, Posição sobre Bolonha, Horários acrescidos, Observatório para os CS, etc);
- Foi organizado um pequeno-almoço com jornalistas para divulgação do II Congresso a 31 de Março de 2007;
- Foi realizada uma conferência de imprensa em Coimbra – no âmbito do encerramento da Semana no Centro Hotel Astória - Novembro;
- Realizou-se uma conferência de imprensa na sede da OE sobre Requalificação das Urgências – Esteve presente RR, R Nova Antena e Antena 1. Lusa não pôde estar presente, mas fez entrevista por telefone – Novembro;
- De acordo com os dados fornecidos pela *Memorandum* e tendo por base apenas as notícias veiculadas pela imprensa escrita, em 2006 contabilizámos 431 artigos da imprensa nacional e regional com referência à OE. Uma pequena percentagem foi motivada por iniciativas das secções regionais ou outras instituições;
- Produção e edição de discursos;
- Elaboração de Direitos de Resposta;

- **Outras actividades de divulgação**
  - ExpressOE – Julho e Setembro – Devido à necessidade de fazer chegar informação específica aos membros, o Conselho Directivo da OE decidiu sobre a criação de mais este veículo de informação. Em 2006 foram produzidos dois números do ExpressOE, o qual foi enviado a todos os membros que recebem facturação;
  - Cerimónias de Vinculação – Setembro – Produziram-se 3 mil Juramentos Profissionais distribuídos pelas 5 Secções Regionais;
  - Fórum Nacional Descentralizado – Setembro/Outubro – Produziram-se 2500 cartazes para divulgar o evento;
  - VII Seminário de Ética – Novembro - Produziu-se um ofício/convite (51 mil exemplares) enviado aos membros; 2.500 cartazes para a divulgação nas instituições de saúde e um programa (1.250 exemplares) para colocar nas pastas do seminário;

- Lançamento do Programa LPM™ – Novembro – Produziu-se a versão portuguesa da brochura (1.500 exemp.) e do tríptico (1.500 exemp.) do ICN, bem como o convite/programa (330 exemp.);
- II Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação – Novembro – Fizeram-se 2.500 cartazes e 3.200 programas/trípticos;
- Biblioteca Móvel – Intervenção no desenvolvimento criativo das capas e no processo de produção/paginação de 15 obras;
- Natal – Foram enviados 500 postais institucionais da OE para VIP e jornalistas. Produziram-se 51.100 exemplares de um postal de Natal enviado aos membros.

- **Outras actividades**

O GCI produziu ainda:

- Resenhas de Imprensa diárias – Manteve-se a «tradição» de disponibilizar, nos dias úteis, uma resenha de imprensa formulada a partir do serviço contratado à *Memorandum*. As resenhas foram divulgadas através do *site* e de e-mail. Todas as notícias em que a OE foi mencionada foram compiladas numa pasta de arquivo com indicação do tema tratado, nome do jornal e data de publicação;
- Pedidos de orçamentos e elaboração de orçamentos comparativos – esta actividade esteve presente em grande parte das iniciativas desenvolvidas, em especial no projecto Biblioteca Móvel.

- **Banco de imagens**

O banco de imagens da OE foi melhorado com as fotografias realizadas por repórteres contratados para o efeito. Contudo, estas imagens foram obtidas em eventos organizados pela OE. É necessário incrementar a componente relacionada com o exercício da enfermagem, algo que esperamos poder concretizar em 2007.

II – ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

1. GESTÃO DE MEMBROS

O serviço de apoio à gestão de membros recebeu e deu resposta aos seguintes pedidos:

Cancelamento	Suspensão	Alt. morada	Informação	Revalidação Céd. Prof.	Averbamento	2.ª Via Cédula Prof.	Alt. nome	Transf. Processo	Actualização dados	Reactivação	Total
279	534	960	366	2030	290	265	146	396	104	38	5408

Só na sede e para efeito de pagamento de quotização, houve um elevado movimento de cheques e vales postais, com um acréscimo substancial nos meses de Junho, Novembro e Dezembro, atingindo o total de 3154 movimentos.

2. INSCRIÇÕES

No ano de 2006, foram admitidos 3627 membros registando-se, em relação ao ano anterior, um aumento do número de enfermeiros admitidos (mais 308).

Durante o ano de 2006, foram recusados cinco dos pedidos de inscrição na OE, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão, e foram arquivados dezoito processos.

Releve-se que, a 31 de Dezembro, a OE regista 51 095 enfermeiros activos.

3. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

No cumprimento do regulamento aprovado em Assembleia-Geral, foi efectuada, no final de 2006, a revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada a 31 de Dezembro. A elevada percentagem de enfermeiros com situação de quotas regularizadas deixa transparecer o envolvimento dos enfermeiros com a sua OE.

4. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

O CE atribuiu um total de 3876 títulos, dos quais 3604 de Enfermeiro e 272 de Enfermeiro Especialista distribuídos por Secção Regional e área de especialidade conforme o quadro:

Titulo	AÇORES	CENTRO	MADEIRA	NORTE	SUL	Total
ENFERMEIRO	92	778	90	1385	1259	3604
ESP. ENF.DE S. M. E OBSTÉTRICA (EXCLUSIVAMENTE)	0	0	0	1	3	4
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	0	4	5	34	24	67
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. I. E PEDIÁTRICA	0	3	7	28	20	58
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. M. E OBSTÉTRICA	1	37	0	21	35	94
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	0	0	0	23	7	30
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	0	0	0	10	2	12
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM S. M. E PSIQUIÁTRICA	0	3	0	2	2	7
Total	**93**	**825**	**102**	**1504**	**1352**	**3876**

A análise da totalidade dos processos de inscrição releva que: foram deliberadas 26 não admissões como Enfermeiro e 4 como Enfermeiro Especialista; foram arquivados 21 por terem ultrapassado o prazo de entrega de documentos; foram ainda realizadas 26 avaliações curriculares, solicitadas ao abrigo do acordo luso-brasileiro, todas com parecer favorável (3 da Secção Regional Centro, 1 da Secção Regional Norte, 22 da Secção Regional do Sul).

5. EMISSÃO DE PARECERES

5.1 SOBRE MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENFERMAGEM

O CE emitiu 38 pareceres sobre diferentes questões relacionadas com a competência e autonomia profissional dos enfermeiros.

5.2 SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A DEONTOLOGIA

O CJ emitiu 39 pareceres: 11 dos quais sobre incompatibilidades com o exercício da profissão; 1 sobre condições do exercício para a prestação de cuidados; 5 sobre prática de cuidados a clientes em contexto; 1 sobre questões ético-deontológicas ligadas à imagem dos profissionais / da profissão; 7 sobre aspectos legais e deontológicos da actividade profissional; 1 sobre participação de estudantes de enfermagem; 1 sobre medicinas não convencionais; 1 sobre a Revista e Congresso da OE; 1 sobre formação; 5 sobre informação e sigilo; 1 sobre actividades interdependentes; 3 sobre recusa de cuidados / Objecção de consciência.

Em 2006, o Conselho Jurisdicional emitiu, ainda duas tomadas de posição, uma sobre "Final de Vida" e outra sobre "Segurança do Cliente"

6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Durante o ano de 2006, deram entrada no Conselho Jurisdicional 141 novos processos disciplinares:

- 23 processos disciplinares têm como objecto alegadas violações da *legis artis*;
- 118 processos disciplinares têm como objecto a violação do dever de pagamento de quotização previsto na alínea m), do número 1, do Artigo 76, do Estatuto da OE.

Foram arquivados 56 processos, 3 absolvidos, sancionados 25 com censura e 7 com censura com suspensão de pena. Transitaram 27 para o ano de 2007.

Do ano anterior transitaram:

- 136 Processos disciplinares que tinham como objecto o incumprimento do dever de pagamento de quotização, previsto na alínea m) do ponto 1 do artigo 76 do Estatuto da OE. Dos referidos 136 Processos Disciplinares transitados, 108 foram concluídos.
- 3 Processos disciplinares que tinham como objecto a violação da *legis artis.* Dos mencionados 3 Processos Disciplinares transitados, todos foram concluídos.
- 1 Processo disciplinar encontra-se suspenso desde o dia 4 de Abril de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 53 do Estatuto da OE (Secção Regional do Norte, PD n.º 124).

Iniciaram-se e concluíram-se, durante o ano 2006, 4 processos para a Atribuição da Qualidade de membro Honorário, duas favoráveis e duas não favoráveis.

Actualmente, encontram-se em fase de instrução, 6 processos para a Atribuição da Qualidade de Membro Honorário da OE, iniciados em 2004.

Encontram-se em instrução três processos de Reconhecimento de Mérito, cujo prazo termina em 2007.

7. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Tal como em anos anteriores, o envio de correspondência para os membros da OE continua a constituir uma fatia muito significativa do volume de trabalho acometido ao sector administrativo. Fazem parte desta correspondência, entre outros documentos, as facturas relativas ao pagamento de quotas (**2005** – 454 812; **2006** – 481 334); as apólices do seguro de responsabilidade civil profissional (**2005** – 45 762; **2006** – 46 034-), as vinhetas de revalidação das cédulas profissionais (**2005** – 41 600; **2006** 32 705), emissão de cédulas profissionais (**2005** – 6 585; **2006** – 5 474).

Foi mantida a preocupação na minimização dos custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

De referir que ainda se mantém uma procura dos serviços da sede central, havendo a preocupação em dar uma resposta às solicitações, procedendo-se, posteriormente, em alguns casos, ao encaminhamento das situações para as respectivas secções regionais.

Em termos globais, deram entrada na sede nacional 12 041 documentos diversos, o que traduz um aumento de 14,44 % relativamente ao ano anterior. Em relação aos documentos expedidos pelo correio, registou-se um decréscimo de 16,95% em comparação com o ano anterior (de 10162 para 8440).

8. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente reunindo de acordo com o estipulado no estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

- **Reuniões dos órgãos sociais**

  Ao longo do ano, o CD reuniu ordinariamente por 23 vezes, realizando ainda mais 9 reuniões extraordinárias.

  O CD promoveu, em conjunto com o CE, ainda 2 EOS nos meses de Janeiro e Setembro, na Costa da Caparica e Leiria, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários para o Modelo de desenvolvimento profissional/Certificação de competências e Individualização das especialidades

  O CJ agendou as reuniões necessárias para o planeamento e para a avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão, promovidos por este órgão, e para a decisão final em processos disciplinares. Como as necessidades ultrapassaram as expectativas, foram realizadas 13 reuniões plenárias, duas delas extraordinárias, 14 reuniões da primeira secção e 13 reuniões da segunda secção.

  O CE reuniu 24 vezes (sete das quais extraordinariamente). Promoveu 3 encontros entre o CE e os presidentes dos conselhos de enfermagem regionais, com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver de acordo com as prioridades definidas.

  As Comissões de Especialidade reuniram-se de acordo com o quadro que se segue:

Reuniões/Comissão	Ordinárias	Extraordinárias	Alargadas
CCG	15	2	
CEEC	12		
CEEMC	10	2	
CEER	12	1	2
CEESIP	18	4	
CEESMO	12	3	3
CEESMP	8	1	
C Formação	11	1	

  O Conselho Fiscal reuniu 7 vezes para proceder à análise das actas do Conselho Directivo e das contas da OE.

  A Mesa da Assembleia-Geral dirigiu os trabalhos da Assembleia-Geral, realizada em Março, em Coimbra e Maio em Lisboa, tendo, para efeitos da sua preparação, reunido antecipadamente.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2006, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Resultado Líquido do Exercício de 2006 cifrou-se em **€** 5.961,64, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de Orçamento.

PROVEITOS

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas Secções Regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, no sentido da manutenção de uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

€

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Liquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores (*)	121 482,68	169 580,44	(48 097,76)
Secção Regional Centro	974 853,44	292 456,04	682 397,40
Secção Regional Madeira (**)	151 731,80	134 276,62	17 455,18
Secção Regional Norte	1 348 988,08	404 696,42	944 291,66
Secção Regional Sul	1 840 798,08	552 239,43	1 288 558,65
TOTAL	**4 437 854,08**	**1 553 248,95**	**2 884 605,13**

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3% da facturação global
(**)A percentagem para a Secção Regional incorpora 2% da facturação global

€

Proveitos	Total Realizado Bruto - 2006	Valor Realizado Líquido (*) - 2006	Valor Orçamentado Líquido -2006
Proveitos Associativos			
Quotizações	**4 437 854,08**	**2 884 605,13**	2 807 279,90
Emolumentos	31 559,46	31 559,46	40 000,00
Proveitos Suplementares	109 067,73	109 067,73	125 000,00
Subsídios	33 130,27	33 130,27	0,00
Outros Proveitos Operacionais	18 795,95	18 795,95	2 500,00
Proveitos Financeiros	66 413,40	66 413,40	60 000,00
Proveitos Extraordinários	54 442,78	54 442,78	7 500,00
TOTAL	**4 751 263,67**	**3 198 014,72**	**3 042 279,90**

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por Secções Regionais, no montante de **€** 1 553 248,95

O Total Realizado Bruto diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Realizado Líquido – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos (II Congresso Nacional). São aqui reflectidos, também, os emolumentos das inscrições de membros não aceites na Ordem.

Os **Subsídios** são relativos a um estágio profissional do IEFP que decorreu durante todo o ano e subsídios atribuídos à Biblioteca Móvel.

Os **Outros Proveitos Operacionais** são constituídos pelos reembolsos das quotizações do ICN e mailing no âmbito do protocolo com o Barclays Bank.

Os **Proveitos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a donativos e patrocínios para o II Congresso Nacional e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos do exercício totalizaram **€** 4 745 302,03, conforme o quadro seguinte:

€

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	2 030 449,54	2 330 125,59	14,8%
Impostos	12 500,00	20 049,47	60,4%
Custos com o pessoal	364 949,61	375 760,67	3,0%
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 511 612,26	1 553 248,95	2,8%
Outros custos e perdas operacionais	160 000,00	183 478,07	14,7%
Amortizações	100 000,00	87 712,68	-12,3%
Custos e perdas financeiras	175 000,00	160 309,76	-8,4%
Custos e perdas extraordinárias	30 000,00	34 616,84	15,4%
TOTAL	**4 384 511,41**	**4 745 302,03**	**8,2%**

CUSTOS

Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos**,** por reflectir na mesma todas as actividades do Plano, às quais acresceram a realização das actividades relativas à realização do II Congresso Nacional e Encontro PALOP's.

As principais contribuições dos FSE foram:

€

Fornecimentos e Serviços Externos	2006
Comunicação aos Membros	438 810,95
Seguro de Responsabilidade Civil Profissional	300 416,62
Deslocações e Estadias com Actividades	491 293,92
Trabalhos Especializados	508 385,32

A execução apresentada merece os seguintes comentários:

Comunicação

O montante afecto representa 88% com os correios para informação aos membros.

Deslocações e estadias

Rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos Sociais Nacionais, Grupos de Trabalho, Comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Trabalhos especializados

Nesta rubrica assume especial importância os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

Custos Financeiros

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo Multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional, e ainda aos juros dos empréstimos centralizados na Sede Nacional.

Custos Extraordinários

Os Custos Extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam, que ocasionaram a sua contabilização já em 2006.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Foi dado cumprimento à decisão da Comissão Gestora do Património, no sentido de concluir as obras projectadas no mandato anterior. Concluiu-se a obra da sede da Secção Regional da Madeira e deu-se execução às obras que se mantêm em curso para 2007, relativas às sedes da Secção Regional Centro e da Secção Regional Norte.

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

€

Imobilizações	Orçamentado	Realizado	Variação
Imobilizações corpóreas			
Edifícios e outras construções	2 261 766,30	1 675 598,35	-25,9%
Equipamento administrativo	25 000.00	6 695,00	-73,2%
Equipamento informático	65 000.00	9 444,25	-85,5%
Outras imobilizações corpóreas	10 000.00	901,45	-91,0%
Total	**2 361 766,30**	**1 692 639,05**	**-28,3%**

Tendo em conta o artigo 96º dos Estatutos, o Fundo de Reserva totaliza € 982 696,96 o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em € 1 192,32.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2007

O Conselho Directivo

BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DO EXERCÍCIO DE 2006

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 17 DE MARÇO DE 2007

SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercicio: 2006 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2006			ANTERIOR
		AB	AA	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	35 824.20	30 388.78	5 435.42	14 265.12
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	35 824.20	30 388.78	5 435.42	14 265.12
421	Terrenos e recursos naturais	365 588.30		365 588.30	365 588.30
422	Edificios e outras construções	1 098 082.25	113 627.64	984 454.61	1 006 653.37
423	Equipamento básico	31 202.44	31 202.44	0.00	2 140.20
426	Equipamento administrativo	595 942.50	541 052.28	54 890.22	85 583.95
429	Outras imobilizações corpóreas	57 713.95	37 865.53	19 848.42	26 658.01
		2 148 529.44	723 747.89	1 424 781.55	1 486 623.83
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO .	2 184 353.64	754 136.67	1 430 216.97	1 500 888.95
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c	1 594 770.48		1 594 770.48	1 355 807.84
229	Adiantamentos a fornecedores	17 419.50		17 419.50	2 400.00
262/6/7/8+221	Outros devedores	3 510 348.20		3 510 348.20	551 027.85
		5 122 538.18		5 122 538.18	1 909 235.69
	TITULOS NEGOCIAVEIS:				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis	250 107.97		250 107.97	250 107.97
		250 107.97		250 107.97	250 107.97
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.	2 637 020.10		2 637 020.10	2 953 734.36
11	Caixa.	1 995.20		1 995.20	997.60
		2 639 015.30		2 639 015.30	2 954 731.96
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.	1 416.00		1 416.00	1 107.66
272	Custos diferidos	52 744.54		52 744.54	194 743.40
		54 160.54		54 160.54	195 851.06
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.		754 136.67		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS				
	TOTAL DO ACTIVO	**10 250 175.63**	**754 136.67**	**9 496 038.96**	**6 810 815.63**

SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercicio: 2006 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2006	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social	1 840 675.12	1 449 712.98
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas Estatutárias	982 696.96	920 162.62
574 a 579	Outras Reservas	944 879.59	944 879.59
59	Resultados transitados	2 114 655.96	1 864 518.60
	Subtotal	5 882 907.63	5 179 273.79
88	Resultado liquido do exercicio	5 961.64	312 671.70
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	5 888 869.27	5 491 945.49
	PASSIVO:		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito	2 287 871.35	142 499.96
221	Fornecedores c/c	107 720.36	264 217.87
252	Secções Regionais	857 177.88	788 593.21
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	33 538.59	54 890.21
24	Estado e outros entes publicos	14 224.56	9 658.71
262+263+264+265+	Outros credores	230 974.03	3 255.78
		3 531 506.77	1 263 115.74
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	75 662.92	55 754.40
274	Proveitos diferidos		
	TOTAL DO PASSIVO	3 607 169.69	1 318 870.14
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	**9 496 038.96**	**6 810 815.63**

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercicio: 2006 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS		EXERCICIOS			
		2006		ANTERIOR	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas				
62	Fornecimentos e servicos externos		2 330 125.59		1 845 863.22
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes	311 271.68		250 176.66	
643+644	Pensoes				
645/8	Outros.	64 488.99		51 469.71	
			375 760.67		301 646.37
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo	87 712.68		96 273.41	
67	Provisoes		87 712.68		96 273.41
63	Impostos.	20 049.47		12 367.18	
65	Outros custos e perdas operacionais	1 736 727.02	1 756 776.49	1 622 421.34	1 634 788.52
	(A)		4 550 375.43		3 878 571.52
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
	Juros e custos similares	160 309.76	160 309.76	86 622.48	86 622.48
	(C)		4 710 685.19		3 965 194.00
69	Custos e perdas extraordinarios		34 616.84		62 200.42
	(E)		4 745 302.03		4 027 394.42
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio				
	(G)		4 745 302.03		4 027 394.42
88	Resultado liquido do exercicio		5 961.64		312 671.70
			4 751 263.67		4 122 943.65
	PROVEITOS E GANHOS				
72	Proveitos Associativos	4 469 413.54	4 469 413.54	4 215 383.94	4 215 383.94
73	Proveitos suplementares	109 067.73		25 749.69	
74	Subsidios a exploracao	33 130.27		2 970.82	
76	Outros proveitos operacionais	18 795.95		19 292.72	
			160 993.95		48 013.23
	(B)		4 630 407.49		4 263 397.17
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
784	Rendimentos de participacao de capital				
	Outros juros e proveitos similares	66 413.40	66 413.40	71 470.69	71 470.69
	(D)		4 696 820.89		4 334 867.86
79	Proveitos e ganhos extraordinarios		54 442.78		5 198.26
	(F)		4 751 263.67		4 340 066.12

RESUMO		
Resultados operacionais: (B)-(A)=	**80 032.06**	**384 825.65**
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=	**-93 896.36**	**-15 151.79**
Resultados correntes: (D)-(C)=	**-13 864.30**	**369 673.86**
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=	**5 961.64**	**312 671.70**
Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=	**5 961.64**	**312 671.70**

ANEXO AO BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DO EXERCÍCIO DE 2006

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 17 DE MARÇO DE 2007

ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptado à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.
As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2006 foi de 19 empregados.

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	35.824,20					35.824,20
Total	35.824,20					35.824,20
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	365.588,30					365.588,30
Edifícios e outras construções	1.098.082,25					1.098.082,25
Equipamento básico	31.202,44					31.202,44
Equipamento administrativo	579.803,25		16.139,25			595.942,50
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	56.812,50		901,45			57.713,95
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2.131.488,74		17.040,70			2.148.529,44

b) Amortizações e Ajustamentos

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	21.559,08	8.829,70		30.388,78
Total	21.559,08	8.829,70		30.388,78
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	91.428,88	22.198,76		113.627,64
Equipamento básico	29.062,24	2.140,20		31.202,44
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	494.219,30	46.832,98		541.052,28
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	30.154,49	7.711,04		37.865,53
Total	644.864,91	78.882,98		723.747,89

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	1.449.712,98	390.962,14		1.840.675,12
57 - Reservas				
572 - Reservas Estatutárias	920.162,62	62.534,34		982.696,96
574 - Reservas Livres	944.879,59			944.879,59
59 - Resultados transitados	1.864.518,60	312.671,70	62.534,34	2.114.655,96
88 - Resultado líquido do exercício	312.671,70	5.961,64	312.671,70	5.961,64
Total	5.491.945,49	772.129,82	375.206,04	5.888.869,27

44 – Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	4.437.854,08
Emolumentos	31.559,46
Total	**4.469.413,54**

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
681-Juros suportados	60.605,96	68,90	781-Juros obtidos	54.013,75	60.068,40
			784 - Rendimento. Part. Capital	12.399,65	
688-Outros custos e perdas financeiros	99.703,80	86.553,58	788-Outros proveitos e ganhos financeiros		11.402,29
Resultados financeiros	**-93.896,36**	**-15.151,79**			
Total	66.413,40	71.470,69	Total	66.413,40	71.470,69

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2006	2005		2006	2005
691-Donativos	2.034,50	27.304,76			
695 - Mutas e penalidades		200,00			
697-Correcções relativas a exercícios anteriores	32.163,34	34.157,28	797-Correcções relativas a exercícios anteriores		893,30
698-Outros custos e perdas extraordinários	419,00	538,38	798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	54.442,78	4.304,96
Resultados extraordinários	**19.825,94**	**-57.002,16**			
Total	54.442,78	5.198,26	Total	54.442,78	5.198,26

48 - Outras informações

a*) Acréscimos e diferimentos*

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2005:

(euros)

Custos diferidos	
Seguros	20.602,79
Contratos de Manutenção	1.770,82
Conservação e Reparação de Imóveis	30.281,93
Outros Custos Diferidos	89,00
Total	52.744,54

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	46.713,73
Comunicação	26.408,34
Água e electricidade	366,29
Outros acréscimos de custos	2.174,56
Total	75.662,92

Acréscimos de Proveitos	
Outros acréscimos de proveitos	1.416,00
Total	1.416,00

O Técnico Oficial de Contas

António Campos Pires Caiado
TOC 93

O Conselho Directivo

Ex.ma Sra.
Presidente do Conselho Directivo
da Ordem dos Enfermeiros

Assunto: Relatório e Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2006

Vem o Conselho Fiscal, nos termos estatutários, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o assunto supracitado:

Relatório

A estratégia definida pela Ordem dos Enfermeiros para este mandato está bem patente no conjunto de actividades desenvolvidas durante o ano de 2006.
Embora o plano de actividades proposta para 2006 pudesse ser considerado muito ambicioso e abrangente constamos que na generalidade os objectivos foram atingidos e em algumas áreas ultrapassados.

Os valores constantes das demonstrações financeiras estão bem suportados na documentação contabilística, verificada por este órgão fiscal. Assim, entende este Conselho Fiscal que os resultados do exercício de 2006 reflectem de forma inequívoca o património da Ordem – Sede estando o mesmo em conformidade com os registos contabilísticos existentes.

Parecer

Da análise do documento decidiu este Conselho dar parecer favorável ao Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano 2006 e recomendar a sua aprovação na Assembleia Geral prevista para 17 de Março p.f.

Ordem dos Enfermeiros – Sede, 26 de Fevereiro de 2007

O Conselho Fiscal

Enf.º Norberto Francisco Messias

Enf.º Inácio António Casaca Neves

Enf.ª M.ª Cristina Pinto Carmona Miranda

Enf.ª Maria da Conceição Remesso Aveiro

Enf.ª Lídia Gomes Valinho